

Angola

## **Angola - o Dia Seguinte**

Fernando Jorge Cardoso

A morte de Savimbi surge num contexto de mudança em Angola. Será uma mudança decisiva e no sentido da paz? Falava-se já da sucessão de José Eduardo dos Santos e coloca-se agora a questão do futuro da UNITA. A grande ausente nos esforços de paz anteriores, a dita sociedade civil, parece dar sinais de vitalidade, sobretudo sob a forma de Imprensa independente e das Igrejas. O Mundo em Português oferece a seguir uma análise da situação nestas várias dimensões e abre pistas sobre o futuro de Angola.

Mais uma vez a guerra em Angola parece estar perto do fim. As notícias que chegam da frente leste apontam para um descalabro rápido da máquina militar de Savimbi, com a rendição ou captura de centenas de membros da UNITA, incluindo familiares de dirigentes e membros das estruturas de administração e logística, e com o reforço do cerco à coluna militar que acompanha o mais velho senhor da guerra em África.

Esta situação decorre da confluência de vários factores: crescente isolamento internacional de Savimbi, decorrente das sanções aplicadas à UNITA militar, da aproximação evidente entre o governo angolano e os governos (e companhias petrolíferas) norte-americano e francês e da perda de apoios regionais; êxito da ofensiva militar de cerco a Jonas Savimbi, forçando a sua deslocação para o Moxico, para áreas não povoadas e, portanto, de difícil sustentação alimentar; erros estratégicos de Savimbi que, ao apostar no tempo e no enfraquecimento do regime por via da resistência armada, se vê hoje numa posição de debilidade para negociar e no risco de uma humilhante derrota militar.

Perante os prováveis cenários de vitória militar do governo ou de rendição negociada de Savimbi, eufemisticamente designada de retoma do protocolo de Lusaka, partidos da

oposição, igrejas e diversos movimentos da sociedade civil angolana continuam a pugnar por um cessar-fogo imediato que permita fazer chegar a ajuda humanitária à população, por uma paz negociada que evite o regresso às armas e pela pressão sobre o governo no sentido de uma mais ampla abertura democrática e de maior respeito pelos direitos humanos. Estas posições, formalmente apoiadas pela comunidade internacional e pelas diversas organizações não governamentais presentes no terreno, por mais louváveis que pareçam, arriscam-se a ser ultrapassadas pela rápida evolução dos acontecimentos militares.

É interessante notar, aliás, que a evolução favorável das posições do governo no terreno militar coincidiu com a decisão, tomada em Dezembro passado pelas autoridades angolanas, de autorizarem as Nações Unidas e as igrejas a realizar contactos directos com as forças de Savimbi. Esta decisão reflecte claramente as duas vias de actuação prosseguidas pelo governo angolano: por um lado, a via militar, visando a rendição, captura ou aniquilamento do «inimigo»; por outro lado, a via política, com a oferta de uma paz honrosa, que evite eventuais efeitos de desagregação do movimento militar de Savimbi, com a possível ocorrência de bolsas de desestabilização em partes do território.

Para além do quadro acima traçado, outros cenários de pendor mais elaborado são igualmente avançados. De entre estes cenários sobressai aquele que apresenta a persistente guerra de Angola como um conflito interno entre forças interessadas no prolongamento do conflito armado. Um dos lados, personalizado por Jonas Savimbi, teria como objectivo único a tomada do poder a qualquer preço – daí a recusa dos resultados não favoráveis das eleições de 1992 e a rejeição da via negocial tentada no protocolo de Lusaka, em 1995, dada a posição subalterna da UNITA no governo e nas forças armadas. O outro lado, representado por José Eduardo dos Santos e supostamente composto por uma rede de interesses externos e internos ligados ao Futungo, estaria interessado em ganhar tempo para acumular riqueza pessoal e transformar bens públicos em propriedade privada. Esta perspectiva de análise tende a desconsiderar a evolução militar actual, apontando para a continuação do conflito, cujo fim seria indesejado pelos principais actores da guerra ou, pelo menos, por parte considerável desses actores.

Esta perspectiva de análise arrisca-se a desconsiderar as suas próprias premissas, isto é,

no caso das hipóteses serem válidas, será que face à evolução da sociedade angolana e ao grau de legalização e institucionalização dos principais meios e redes de negócio existentes, a guerra se mantém como cenário desejável pelas forças sociais dominantes?

Um outro tipo de abordagem tem tendência a considerar os militares de ambos os lados, particularmente do lado governamental, como fontes de poder alternativo, colocando inclusive como possível a hipótese, tantas vezes vista e revista em países africanos, de um golpe militar protagonizado por oficiais de patente intermédia. Este cenário ignora porém que, desde a sua formação, quer o MPLA quer a UNITA colocaram na sua componente militar os melhores quadros políticos e técnicos, assegurando uma cadeia de comando indelevelmente ligada ao poder dos partidos. Este tipo de exército, sendo desde o início parte das estruturas dominantes, é avesso a golpes contra si próprio.

Por uma forma ou outra, o fim desta guerra parece mais próximo que nunca. E ao parecer mais próximo que nunca traz consigo a paz, longamente ansiada pela esmagadora maioria dos angolanos. E, como todos os cenários desconhecidos, a paz também transporta consigo medos e dúvidas, mesmo quando não reconhecidos como tal. Ou seja, o desaparecimento do «outro», daquele que sempre se constituiu como a justificação de todos os abusos e incapacidades – fosse ele o perigo externo, travestido de Guerra Fria e de apartheid, ou/e de inimigo interno, neste caso representado pela UNITA belicista e pelo governo (leia-se MPLA) – colocará a sociedade angolana, e particularmente as suas elites dirigentes, perante a inevitabilidade de se enfrentarem a si próprias. O fim de um sistema assente em cadeias de comando piramidal e na percepção de que tudo o que é importante passa por relações pessoais, quando não pelo «chefe», traz consigo necessariamente a insegurança e a perplexidade de um salto no desconhecido.

Perante o fim da guerra, será de esperar um crescimento de fenómenos cada vez mais presentes de novo riquismo e a explosão de consumismo e de comemorações festivas. Será igualmente de esperar um aumento de atitudes arrogantes e triunfalistas por parte daqueles que sempre apostaram no esmagamento do adversário e no monopólio do poder. Há, no entanto, forças sociais que também se reforçaram nos últimos anos e que agora terão, finalmente, a possibilidade de emergir e jogar um papel mais activo na sociedade angolana.

Desde logo o desaparecimento do inimigo comum trará a claro as divisões e tendências que coexistem no seio do próprio partido dirigente, o MPLA. O anúncio antecipado, mesmo se reversível, do Presidente da República em não se candidatar, reforçou desde já esta hipótese. Num cenário de médio prazo, com a proximidade de disputa eleitoral será, aliás, bastante provável o regresso de muitos membros agora desavindos da família alargada do MPLA.

Na UNITA, o desaparecimento de Jonas Savimbi, cujo campo de manobra para assumir um papel no futuro do país está praticamente esgotado, permitirá o surgimento de uma nova liderança, provavelmente saída de entre figuras não militaristas; os lugares-tenente de Savimbi dificilmente se entenderiam sobre uma liderança forte, e as principais figuras da UNITA renovada estão, justa ou injustamente, demasiado conotada com posições do governo.

O leque de partidos existentes, para além dos dois principais, dificilmente jogará um papel determinante no curto prazo, embora se vislumbrem tendências para a afirmação de movimentos políticos de base étnica e regional, designadamente nos espaços de influência Bakongo, Tchóckwé ou Cabinda. Tal não significa, porém, que a margem de manobra para a afirmação de forças locais venha a crescer – contrariamente à maioria dos países africanos, Angola já era, antes da independência, constituída por população maioritariamente urbana e miscigenada e, se bem que pelos maus motivos, o grau de urbanização cresceu nos últimos 27 anos.

As demais forças sociais que entretanto se têm afirmado, entre as quais as das igrejas, designadamente da católica, da imprensa privada, das novas universidades, das associações profissionais, dos movimentos cívicos – que se terão que despir da apetência pelo poder para se afirmarem socialmente -, terão, em situação de paz, o seu campo de manobra alargado e poderão desempenhar um papel de força de pressão sobre os poderes instituídos e de realização pessoal e profissional fora das esferas do Estado. Em qualquer cenário e pela primeira vez nos últimos decénios, o fim da actual guerra parece mais próximo que nunca. Se a paz do dia seguinte é uma paz duradoura, o futuro se encarregará de o confirmar.

